

AS MORTIFICÇÕES DO SER NAS LÓGICAS CAPITALISTAS: COLONIALISMO, EPISTEMICÍDIO E ECOLOGIA AGÔNICA.

Autor: Antônio Micael Pontes da Silva; Co-autor: Lucas Silveira Nogueira; Orientador: Vico Dênis Sousa de Melo

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB),
mickaelpontessilva@aluno.unilab.edu.br, lucasno.581@gmail.com, vico.denis@gmail.com.*

Resumo: Em caráter interdisciplinar, este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida na disciplina Geopolítica do Poder do curso de licenciatura em Sociologia, vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com o objetivo de analisar e problematizar as mortificações do ser nas lógicas capitalistas, perante o colonialismo que resulta num epistemicídio e ecologia agônica da existência. Foi levado adiante como método um estudo reflexivo hermenêutico e genealógico das lógicas do capitalismo na modernidade, segundo: (1) as consequências do projeto do capitalismo e do capitalismo histórico nas relações sociais; (2) a invenção da raça como produto da colonialidade do poder que constitui a tripla morte do ser e (3) a deterioração da construção de subjetividades como práticas ético-políticas. Nesta perspectiva constatamos que o capitalismo ainda configura-se através de práticas sociais e simbólicas coloniais que menosprezam saberes e subjetividades contrária as normas psicossociais vigentes. Desse modo é possível refletirmos e elaborarmos estratégias conceituais e reflexivas contra as instâncias que estruturam as lógicas da modernidade capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo; Colonialismo; Epistemicídio; Ecologia agônica.

INTRODUÇÃO

Assim como uma tempestade surge aos relâmpagos trazendo consigo parte do seu registro temporal e deixando tão-somente os efeitos das suas forças provocativas, alterando em diversos níveis as estruturas da região, este artigo se dedica analisar e problematizar as mortificações do ser nas lógicas capitalistas, aliás, além de serem capitalistas, são circunscritas pelo colonialismo, assim, reproduzindo uma arquitetura organizacional de violências simbólicas: patriarcal, sexistas, racista, homofóbica e de rotulações e estigmatização do ser. Com o objetivo de problematizarmos o esgotamento de subjetividades plurais contrária as normais psicossociais que se pautam numa conduta de acumulação, exploração, estetização e mercantilização da vida, de tal modo, produzindo e reproduzindo uma ecologia agônica e ao mesmo tempo o extermínio de múltiplos saberes e conhecimentos.

Este trabalho justifica-se para pensarmos nas instâncias que estruturam e organizam o capitalismo e suas consequências, assim, pensando na elaboração de estratégias

discursivas contra as lógicas que formam este sistema em questão.

Nessa jornada, tomaremos como fio condutor teórico reflexivo, ou seja, metodológico, um estudo hermenêutico e genealógico, em caráter interdisciplinar, das lógicas capitalistas na modernidade segundo Immanuel Wallerstein (2001), Félix Guattari (1990), Aníbal Quijano (2005), Denis Almeida Silva (2004) e dentre outras/os intelectuais que tomam como perspectiva as consequências do capitalismo no meio ambiente, nas relações sociais e na subjetividade humana.

Enxergar estes autores como tempestade conceitual nos remete a construção de um exercício hermenêutico e crítico necessário para trazer em jogo as convergências existentes entre os mesmos. Em suma: o que compartilham e como seus escritos tornam-se posicionamento político-intelectual e chave-interpretativa para se (re)pensar numa intelectualidade provocante e diferenciada que ousa constantemente contestar das formas culturais e intelectuais ocidentais (especificando, de um espaço delineado pela cartografia de norte – o espaço que narra histórias legítimas e hegemônicas do mundo e restritamente de sujeitos).

Aqui o capitalismo apresenta-se, diante do caos, como um *nosferatu* que se nutre e estrutura-se como sistema mundo globalizado perante o desmoronamento da existência do outro. Desenha e ritualiza modos de vidas hegemônicos no mesmo momento que esvazia, entorpece e extingue a vitalidade de indivíduos ou grupos, segundo um projeto que prega o progresso, a prosperidade, a modernidade, a ordem, a “liberdade”, a razão.

Nessa vertente, compreenderemos alguns efeitos das lógicas capitalistas, sejam nas sociedades latino-americanas e africanas ou em outros sistemas mundos. Nessa lógica encontramos uma *massa* de sujeitos coexistindo como *ciborgues*. Corpos e mentes amordaçados em comportamentos e condutas robotizadas, perecidas e ritualizados que executa constantemente papéis por meio de máscaras sócias, tal como nos explana politicamente Augusto Boal na obra *Teatro do Oprimido* (1989)¹:

O comportamento ritualizado é o comportamento morto: o homem não cria, apenas desempenha um papel sem criatividade. O conjunto de papéis desempenhado por cada indivíduo na sociedade cria nele uma “máscara”. (BOAL, 1989, p. 22).

¹ Trecho retirado da obra BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

Nesse sistema estamos encarcerados a viver segundo representações coletivas hegemônicas transcritas historicamente por narrativas eurocêntricas, resultando na morte artesanal de outras formas de conhecimentos, tecnologias e saberes (SILVA, 2004). Constroem conceitos e práticas na sociedade de forma dualística: rótulos, estigmas, antagonismos, de uma realidade social que se faz perante a aparência da aparência, do fantasmagórico. Ou seja, produz e reproduzem imagens e práticas que dilaceram a natureza e desconectam o ser humano da mesma. Reverberam na constante criação de uma luta de grupos sociais contra a individualidade, e logo ficarmos presos numa individualidade avessa. Concebe e orienta uma sociedade consumista, estimula a desigualdade, excita o imaginário de democracia libertária, fragmenta e aluga o corpo, causa a depressão da existência, cessa conhecimentos alternativos. Em suma, extermínios da vida cotidiana.

Alimentamo-nos de farrapos, de consumir uma cultura ou culturas para fins de lucro, sem licença poética.

TRAÇANDO ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DAS LÓGICAS CAPITALISTAS

É válido citar que o capitalismo propicia inúmeras funcionalidades, podendo ser considerado uma “faca de dois gumes”, tendo em vista que gera para a classe ou grupo ou para o indivíduo prejuízos em termos de vivência; repercutindo nas condições de trabalho. Nesse contexto é propício citar que:

Em termos materiais, as recompensas foram grandes para os que despontaram na frente. Além disso, em termos de recompensa material, os diferenciais entre o topo e a base têm sido grandes e crescentes ao longo do tempo, quando observamos o sistema-mundo como um todo. Já discutimos os processos econômicos que explicam a distribuição muito desigual da recompensa. Devemos agora tentar ver como, no interior desse sistema econômico, as pessoas manobram para adquirir vantagens para si e, conseqüentemente, nega-las aos demais. (WALLERSTEIN, 2001, p.41).

O capitalismo configura-se como produtor/reprodutor de desigualdades, favorecendo a classe ou grupo dominante a estimularem modos de imposição dos seus respectivos interesses, havendo assim perpetuação geracional dessa lógica, onde os indivíduos desfavorecidos, periféricos, de vulnerabilidade socioeconomicamente, situam-se em posição de subordinação e, por vezes, de alienação. Nessa perspectiva, o aumento demográfico seja em territórios rurais ou urbanos, aliado a uma

sociedade excessivamente consumista e de estetização do cotidiano, faz gerar várias problemáticas para à saúde humana e animal, como também para a natureza, deteriorando a existência, a força vital. O que Anthony Giddens em *As consequências da Modernidade* (1992) nos anuncia mediante uma geografia ocidental que sempre ousou (e ousa) narrar à história das sociedades:

Hoje, no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade de informação” ou a “sociedade de consumo”), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento (“pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “sociedade pós-industrial”, e assim por diante) (GIDDENS, 1992, p. 8).

Deve-se ressaltar que a modernidade não nasceu para trazer à tona a modernidade negra, indígena e asiática – intelectual, cultural, epistêmica, espiritual –, mas tão-somente modernizar segundo as lógicas do capitalismo global que foi estruturado pela colonialidade do poder global:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. (QUIJANO, 2005, 117)

Assim nasceu a dualidade da raça que produz e consome para legitimar a dominação imposta pela conquista. A raça como invenção institucionalizada pelo sistema mundo ocidental eurocêntrico que homogeniza (mortifica a diversidade), classifica e rotula as sociedades ameríndias e africanas ou afro-ameríndias, segundo a categoria de raça:

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. [...] Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, 117)

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais

importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. (QUIJANO, 2005, 117)

Se a modernidade é este caos e dúbio pautado pela alta acumulação e exploração em que a própria noção de contemporaneidade se perde nas metáforas e nos labirintos do mundo moderno, isto nos leva a revelar que estamos caminhando num processo que mortifica os *eus* e as relações sociais, prontamente controladas, vigiadas e punidas por um sistema que esvazia a subjetividade, subalterna o desejo. Vende-se e delinea modos de vida e de sensibilidade, massacra o meio ambiente e as relações sociais:

O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em virtude do contínuo desenvolvimento do trabalho maquínico, redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou a da cultura, da criação, da pesquisa, da reinvenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade? (GUATTARI, 1990, p. 8-9)

O que mais adiante, lê-se:

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. (GUATTARI, 1990, p. 9)

Esta falta de conscientização política, que teria como meta se nutrir através de práticas eco-filosóficas – o que podemos chamar de unidade-plural que cada espaço criaria criativamente modos de ser –, torna-se um dos grandes fatores e problemáticas em relação à produção e o acúmulo de detritos na vida, afetando nossas relações interpessoais, em caráter espiritual, social, mental e corpóreo. Em síntese, a modernidade, em primeiro momento, foi à criação de três raças: branca, negra e indígena. E num segundo momento se nutre pelo tripé do poder do capitalismo: a raça, a classe e a sexualidade. Nesse segundo momento o Estado é mencionado e mensurado como uma instância de poder do capitalismo, pois

Dada a estrutura do capitalismo histórico, as alavancas mais efetivas de ajuste político têm sido as estruturas do Estado, cuja a própria construção, foi uma das realizações institucionais do capitalismo histórico. Assim, não é por acidente que o controle do

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

poder estatal, a conquista do poder de Estado, tenha sido o objetivo estratégico central de todos os principais atores da esfera política ao longo da história do capitalismo moderno. (WALLERSTEIN,2001, p.42).

No capitalismo histórico, como era de se esperar, os Estados legislaram para aumentar a mercantilização da força de trabalho, abolindo várias restrições tradicionais que limitavam o movimento dos trabalhadores de um tipo de emprego para outro. Além disso, impuseram obrigações fiscais (em dinheiro) à força de trabalho, as quais frequentemente forçaram os trabalhadores a se engajar num trabalho assalariado. (WALLERSTEIN,2001, p.45).

O Estado detém do monopólio da violência e da tributação legítima (WALLERSTEIN, 2001) e assim financia este projeto em questão. Nota-se que o Estado é uma ferramenta para obtenção de capital de maneira burocrática e isto se estabelece através das esferas detentoras de legitimação: jurisdição territorial, leis nacionais/estaduais, exorbitantes impostos/taxas, entre outros quesitos e categorias. Consequentemente os referidos quesitos podem influenciar direta e/ou indiretamente a significação do trabalhador na economia capitalista:

É preciso considerar, além disso, que qualquer conjunto de produtores (especialmente os grandes e poderosos) é diretamente afetado pelas políticas de fronteiras não só dos Estados em que sua base econômica está fisicamente situada (que pode ser ou não o Estado de que são cidadãos) mas também por aquelas dos outros Estados, pois como produtores, eles têm interesse em alcançar objetivos políticos em vários Estados, frequentemente em muitos. A ideia de que é preciso conter o envolvimento político da pessoa dentro do que ocorre em seu próprio Estado contradiz a ética daqueles que buscam acumular capital. (WALLERSTEIN,2001, p.44).

É a partir do trabalho que se efetiva a acumulação do capital. Esta noção começa-se no colonialismo: é nesse período que se instaura a divisão internacional do trabalho escravo (WILLIAMS, 2012), pois, a colônia (monopólio do capital na mão da metrópole) e a metrópole (acúmulo de capital e “livre” circulação de produtos ou “livre comércio”) eram alicerçadas pela escravidão negra, que se regula na diáspora atlântica. Já no capitalismo existem duas perspectivas primárias: as dos donos dos meios de produção e os possuidores da mão de obra, que no período colonial era, em grande escala, o povo negro, que vivenciavam o trabalho de forma antagônica, fantasmagórica. Suas formas de conhecimento eram dilaceradas nesse projeto de modernidade do saber, do poder, de civilizar:

[...] a lógica da escala dominante, que aponta para a irrelevância de qualquer outra lógica que não a hegemônica, e a lógica

produtivista, assentada na monocultura dos critérios de produtividade capitalista; tal supressão de saberes corresponde a verdadeiro epistemicídio. (SILVA, 2004, p. 53)

Havendo desse modo um fenômeno de desigualdade onde as colônias (que agora se reestruturam como capitalistas) obtêm mais-valia enquanto outras classes e grupos sociais vivenciam os malefícios da busca pela acumulação desenfreada.

Tendo em vista a contextualização decorrida, é plausível nos referir que o Estado é uma instituição de poder não neutra, pois impõe o contexto trabalhista que direciona as obrigações a serem executadas mediante os seus próprios interesses, com a ligação direta que possuem com as relações de produção. Através de regras que teoricamente beneficiam o trabalhador assalariado, desse modo, forçando-os a cumprir suas “obrigações mínimas”, com garantias contratuais; podendo assim ter a maior acumulação de capital diretamente dentro de suas restrições jurídicas. Contudo, o Estado enquanto instituição “suprema” direcionou-se a traçar outras trajetórias de acumulação de capital, como, por exemplo, os canais de taxaço que foi a principal fonte de renda estatal. Desse modo é válido citar que:

De maneiras diferentes, o Estado tem sido crucial como mecanismo para otimizar a acumulação. Contudo, nos termos da sua ideologia, espera-se que o capitalismo expresse a atividade de empreendedores privados, livres da interferência dos aparatos estatais. Na prática, isso nunca foi verdade em lugar nenhum. É ocioso especular se o capitalismo teria florescido sem o papel ativo desempenhado pelo Estado moderno. No capitalismo histórico, os capitalistas confiaram em sua capacidade de utilizar os aparatos estatais em seu benefício das várias maneiras que esboçamos acima. (WALLERSTEIN, 2001, p.49).

Sinteticamente, o capitalismo histórico/moderno tente a favorecer uma significativa melhoria de vida, porém, isto só é mais predominante nas classes ou grupos dominantes.

Nesse percurso o indivíduo apresenta-se medíocre, entorpecido, *ciborgue*. E isto se revela ao observamos que as *mídias* criam cárceres que nos privam de termos acesso a outras formas de conhecimento ou de estimularmos estratégias de descontinuidade desse processo histórico que narra exclusivamente às vitórias empresarias das multinacionais e dos grupos que governam as leis, o corpo e a mente. Impossibilitando-nos de refletir sobre múltiplas visões de si no mundo.

CONCLUSÃO

Destacamos que o espírito metafórico anunciado no começo nos faz percebermos que os ensaios produzidos por estes autores causam agitações na sociedade e no academicismo, desestabilizando as estruturas intelectuais das lógicas capitalistas, que em longa escala ainda continua a explorar outras sociedades para fins, não restritamente comerciais, mas, de acumulação da existência.

Além disso, constatamos que nas lógicas capitalista o deslanche não é estabelecido para o indivíduo, ocorrendo, em seguida, uma tentativa de autocrítica ou aprendizagem transformativa. Estas lógicas promovem apenas efeitos antagônicos e não de estranhamento – pois, estranhar implica instigar com espanto e curiosidade o que nos é oferecido historicamente como evidente – e principalmente a possibilidade de uma profunda reflexão do próprio modelo civilizacional perpetuado pelo capitalismo que é colonial, pois se faz através da raça, sexualidade e classe.

Nestas lógicas de modernidade capitalista pauta-se apenas a matematização, a burocratização, a robotização e estetização da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papirus: 1990.
- MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva**. In: O capital. Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 785-833.
- MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 37-190.
- QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SILVA, Denise Almeida. **De Epistemicídio, (In)Visibilidade e Narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em *Cadernos Negros***. Ilha do deserto. n. 67, 2014. p. 51-62.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. **A janela que a Índia era**. In: Impérios em concorrência. Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII. Lisboa: ICS, 2012. p. 15-32.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A política de acumulação: luta pelo lucro**. In: capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 41-64.

WILLIAMS, Eric. **O comércio britânico e o comércio marítimo triangular**. In: Capitalismo e escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 89-159.

